



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PAUTA DA 7ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**17/11/2017
SEXTA-FEIRA
às 14 horas**

**Presidente: Senadora Fátima Bezerra
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata**



Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

**7ª OUTROS EVENTOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 17/11/2017.**

7ª OUTROS EVENTOS

Sexta-feira, às 14 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Debater a “segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste” em cumprimento ao Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública deste colegiado para 2017.	9

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata

(17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
		PMDB	
Hélio José(PROS)(14)(8)	DF (61) 3303-6640/6645/6646	1 Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Elmano Férrer(8)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2415/3055/3056/4847	2 Simone Tebet(14)(8)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614
Waldemir Moka(10)(8)	MS (61) 3303-6767 / 6768	3 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303-2252/2253
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	4 Dário Berger(8)	SC (61) 3303-5947 a 5951
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Humberto Costa(PT)(4)(12)	PE (61) 3303-6285 / 6286	1 Ângela Portela(PDT)(4)(12)	RR
Fátima Bezerra(PT)(4)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682	2 Jorge Viana(PT)(4)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Paulo Rocha(PT)(4)	PA (61) 3303-3800	3 José Pimentel(PT)(4)	CE (61) 3303-6390 / 6391
Regina Sousa(PT)(4)	PI (61) 3303-9049 e 9050	4 Acir Gurgacz(PDT)(4)	RO (061) 3303-3131/3132
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)			
Ataídes Oliveira(PSDB)(5)	TO (61) 3303-2163/2164	1 Flexa Ribeiro(PSDB)(5)	PA (61) 3303-2342
VAGO(5)(11)		2 Antonio Anastasia(PSDB)(15)(7)(21)	MG (61) 3303-5717
Davi Alcolumbre(DEM)(15)(7)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722	3 Tasso Jereissati(PSDB)(11)	CE (61) 3303-4502/4503
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
Sérgio Petecão(PSD)(3)	AC (61) 3303-6706 a 6713	1 José Medeiros(PODE)(3)	MT (61) 3303-1146/1148
Ciro Nogueira(PP)(3)	PI (61) 3303-6185 / 6187	2 Wilder Moraes(PP)(17)	GO (61) 3303 2092 a (61) 3303 2099
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)			
Lídice da Mata(PSB)(1)	BA (61) 3303-6408	1 Antonio Carlos Valadares(PSB)(19)	SE (61) 3303-2201 a 2206
VAGO(2)(18)		2 VAGO	
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
Wellington Fagundes(PR)(6)	MT (61) 3303-6213 a 6219	1 Armando Monteiro(PTB)(6)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125
VAGO(6)(16)		2 Eduardo Lopes(PR)(6)	RJ (61) 3303-5730

- (1) Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- (2) Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- (6) Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (7) Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- (8) Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- (9) Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- (10) Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- (11) Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- (12) Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- (13) Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).
- (14) Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
- (15) Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
- (16) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (17) Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
- (18) Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
- (19) Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).

- (20) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (21) Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): MARCUS GUEVARA SOUSA DE CARVALHO
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-4282
FAX: 3303-1627

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cdr@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA

Em 17 de novembro de 2017

(sexta-feira)

às 14h

PAUTA

7º Evento

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO -
CDR

	Seminário para debater a “segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste”
Local	Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, Natal/RN

Seminário para debater a “segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste”

Assunto / Finalidade:

Debater a “segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste” em cumprimento ao Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública deste colegiado para 2017.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDR 15/2017](#), Senadora Fátima Bezerra e outros
- [RDR 45/2017](#), Senadora Fátima Bezerra

Convidados:

Senadora Fátima Bezerra

- Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal

Deputado Estadual Ezequiel Ferreira

- Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

Senadores da Região Nordeste

Governadores da Região Nordeste

Deputado Federais da Região Nordeste

Deputados Estaduais da Região Nordeste

Representante

- Ministério da Integração Nacional

Vicente Andreu Guillo

- Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas

Paulo Varella

- Ex-Diretor da Agência Nacional das Águas

João Azevedo Lins Filho

- Secretário de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba

Ivan Lopes Júnior

- Secretário do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte

João Fernandes da Silva

- Diretor-Presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

José Procópio de Lucena

- Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu

Josemá de Azevedo

- Diretor da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do Rio Grande do Norte

Josivan Cardoso Morena

- Diretor-Presidente do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte

Marcelo Cauás Asfora

- Presidente da Agência Pernambucana de Águas e Clima

Marcelo Saldanha Toscano

- Diretor-Presidente da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte

Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins

- Presidente da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

Francisco José Coelho Teixeira

- Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará

João Lúcio Farias

- Presidente da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará

Yuri Castro de Oliveira

- Superintendente de Obras Hidráulicas do Ceará

Francisco de Assis de Souza Filho

- Professor do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da Universidade Federal do Ceará

José Nilson Bezerra Campos

- Professor da Universidade Federal do Ceará

Representante

- Universidade Federal da Paraíba

Representante

- Universidade Federal do Pernambuco

Representante

- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dom Antônio Carlos Cruz Santos

Dom Jaime Vieira Rocha

Dom Mariano Marzana

Padre Flávio Bezerra da Silva

1

RDR
00015/2017

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Requeiro, nos termos dos arts. 49, inciso X, e 58, § 2º, inciso VI, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso VI, 96-B e 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que dentre as políticas públicas a serem avaliadas por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2017, estejam contidas as políticas de *“segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste”*.



JUSTIFICAÇÃO

O art. 96-B do RISF estabelece que as comissões permanentes deverão selecionar anualmente, em sua área de competência, políticas públicas para serem avaliadas. Ao final da sessão legislativa, a comissão apresentará relatório com as conclusões da avaliação realizada.

As matérias e questões relacionadas aos recursos hídricos, segundo o art. 91, § 1º, inciso II, do RISF, são de competência das comissões. Complementarmente, o art. 104-A estabelece que questões relativas às políticas de desenvolvimento regional, são de competência da CDR, as quais, portanto, incluem políticas de segurança hídrica e gestão de águas.

O Relatório Mundial das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos de 2016 foi claro em afirmar que a “gestão insustentável dos recursos hídricos e outros recursos naturais pode causar graves danos às economias e à sociedade, invertendo

significativamente os benefícios conquistados duramente na redução da pobreza, na criação de empregos e no desenvolvimento”.

Embora haja disponibilidade de água doce suficiente no planeta para atender as necessidades humanas, investimentos insuficientes em infraestrutura, o uso inadequado e a inexistência ou precária gestão dos recursos hídricos leva à escassez que atinge 40% da população mundial em escala crescente.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), para que se tenha qualidade de vida em níveis razoáveis é necessário um mínimo de 80 litros de água por pessoa no dia. Ainda segundo a OMS, em 2025, poderá ocorrer falta de água em 48 países, atingindo 1,4 bilhões de pessoas. Nessa mesma linha, a ONU afirma que, também em 2025, um terço dos países do mundo terá seu desenvolvimento ameaçado pela falta de água. Ainda de acordo com a ONU, desde 1990, 28 países sentem a falta de água, atingindo uma população de 335 milhões de habitantes.

O Brasil ainda é privilegiado, pois possui aproximadamente 14% do total de água doce disponível superficialmente no mundo. Considerando o Continente Americano, a América do Sul possui pouco mais de 61% da água da região e o Brasil responde sozinho por 39% do total de água das Américas.

Contudo, apesar de o País ainda dispor de grandes rios, como o é o caso do rio Amazonas, o maior do mundo em extensão e vazão, situado na região Norte, e com disponibilidade hídrica elevada frente a outros países, o constante acompanhamento da gestão desses recursos é essencial para que uma realidade oposta, de escassez de água, não se alastre pelo País.



SF/17307.53440-42

As regiões Norte e Nordeste do Brasil expressam claramente o cenário desafiador descrito acima. Se no semiárido nordestino a escassez é a realidade, no Norte a abundância não assegura o consumo devido, saudável e regular das populações, urbanas e ribeirinhas, que lá habitam.

O problema se agrava com as expressivas **mudanças climáticas** que tem provocado escassez de chuvas em períodos prolongados, o que torna insuficientes as infraestruturas disponíveis, demandando novos investimentos, desenvolvimentos de tecnologias inovadoras, gestão eficiente e, sobretudo, mudança de atitude da sociedade em relação ao uso dos recursos hídricos disponíveis.

A comparação do nível de armazenamento dos reservatórios do Semiárido, constituído por grandes açudes, entre março deste ano e março do ano passado mostra nova queda de volume em seis, dos oito estados monitorados: Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. O volume dos reservatórios equivalentes da Região Nordeste, considerando os empreendimentos com capacidade maior ou igual a 10 hectômetros, ou seja, que podem armazenar pelo menos dez bilhões de litros, era de 13,81% ao final de fevereiro deste ano - no mesmo período de 2016 esse número chegou a 21% e, em 2015, alcançou a marca de 25,3%. Dos 533 reservatórios que a Agência Nacional de Águas (ANA) monitora na região, 144 estão secos, com destaque para os seis Estados informados acima, que concentram a maior parte dos reservatórios secos do Nordeste.

Por sua vez, a **Região Hidrográfica São Francisco**, principal fonte de água disponível para consumo humano no Nordeste, possui aproximadamente 638.466 km² de área (7,5% do território nacional), abrangendo os estados Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e o Distrito Federal. O rio São Francisco nasce em Minas Gerais, na



SF/17307.53440-42

Serra da Canastra, e chega a sua foz, no Oceano Atlântico, entre Alagoas e Sergipe, percorrendo cerca de 2.800 km de extensão. A área possui 503 municípios e engloba parte do semiárido, que corresponde a aproximadamente 58% dessa região hidrográfica. Com relação aos usos, há predomínio de retirada para irrigação (213,7 m³/s), que representa 77% do total de demandas na Região. A irrigação é seguida pela demanda urbana, com 31,3 m³/s (11%).

A Região do São Francisco tem importante papel na geração de energia elétrica, com potencial instalado, em 2013, de 10.708 MW (12% do total do País). Destacam-se as usinas de Xingó (3.162 MW), Paulo Afonso IV (2.462 MW), Luiz Gonzaga (1.479 MW) e Sobradinho (1.050 MW).

Desde 2013, a bacia do rio São Francisco vem enfrentando condições hidrológicas adversas, com vazões e precipitações abaixo da média, com consequências nos níveis de armazenamento dos reservatórios instalados na bacia. No final de fevereiro de 2017, a relação entre a vazão afluente observada e a vazão média mensal de longo termo (1931 a 2014) nos dois principais reservatórios situados nesta bacia, Três Marias e Sobradinho, era 23% e 33%, respectivamente. Dessa forma, em fevereiro de 2017, ao final do período chuvoso, quando era esperada uma recuperação dos níveis dos reservatórios na bacia, o volume útil do Reservatório Equivalente da Bacia do Rio São Francisco era somente 21% do seu volume útil total. Essa dramática situação tem exigido um enorme esforço de gerenciamento dos reservatórios pelo governo, usuários e sociedade com o objetivo de evitar um colapso generalizado na bacia do rio São Francisco.

Devido às baixas precipitações, bem abaixo da média, o Semiárido do Nordeste permanece em situação crítica em termos de



SF/17307.53440-42

disponibilidade hídrica, já que os índices de chuvas não têm sido suficientes nem mesmo para a manutenção dos estoques, na maioria dos casos.

Cerca de 28% da população brasileira reside no Nordeste, mas apenas 3% da disponibilidade de água do País se encontra naquela Região. O Rio São Francisco detém 70% de toda a oferta de água da região, historicamente submetida a ciclos de seca rigorosa.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) pretende garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde a estiagem é frequente. O Ministério da Integração Nacional é o responsável pelas obras e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) será responsável pela operação e manutenção do projeto.

A gestão e a sustentabilidade ambiental e financeira do projeto, entretanto, é aspecto que deve ser constantemente tratado pelos estados beneficiados e pela União de maneira a assegurar a efetividade do fornecimento da água.

Na **bacia amazônica** – onde moram 30 milhões de pessoas – a economia está diretamente associada à dinâmica do ciclo hidrológico. O fluxo dos rios determina a organização dos assentamentos humanos, a posse da terra, o sistema de produção e a organização social. Qualquer alteração nas provisões do ecossistema causam uma pressão imediata sobre essa população, na qual o índice de pobreza é bem maior que a média do país.

Secas e cheias são fenômenos naturais na Amazônia. Nos últimos anos, porém, com as mudanças climáticas, eles têm se tornado mais



SF/17307.53440-42

extremos. Estudos realizados para analisar dados sobre os níveis dos rios na Amazônia, têm identificado que o recorde mínimo vem caindo nos últimos anos, assim como tem aumentado o recorde máximo – indicando aumento da variabilidade interanual nesse sistema fluvial.

Nas secas extremas de 1997, 2005 e 2010, os principais impactos da seca observados foram a alta mortalidade dos peixes (principal fonte de proteína na região) e perda das plantações, além da falta de água potável, e a interrupção no principal meio de transporte – o fluvial – dificultando o acesso dos moradores aos mercados e, hospitais e escolas.

Nas enchentes severas de 2006, 2009 e 2015, os principais impactos foram a escassez de água potável, maior dificuldade na pesca, destruição de casas, prejuízo às atividades extrativistas, morte de animais de criação e plantações, e surtos de doenças como malária e diarreia. Dessa forma, existe a necessidade de políticas públicas para garantir o bem-estar das populações, bem como investimentos em estradas e meios de transporte alternativos, escolas e soluções alternativas de abastecimento.

A segurança hídrica não é apenas a construção de infraestrutura, mas também a gestão do uso da água nas bacias hidrográficas que fornecem suprimento para a maior parte da população e os demais usos. A garantia de acesso à água para populações que se encontram dispersas no território e mais distantes das fontes correntes e estocadas também deve ser considerada. Apesar da abundância de água na Região Amazônica a existência de desabastecimento de água em populações isoladas também é uma realidade que precisa ser enfrentada.

Para o Semiárido o Governo Federal dispõe de um conjunto de ações que busca universalizar o amplo acesso e uso de água para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar a partir da instalação de



cisternas de consumo e de produção, sistemas coletivos de abastecimento de água, kits de irrigação e barreiros.

Neste sentido já foram distribuídas mais de 1,2 milhões de cisternas até maio de 2016, o que representa uma capacidade total de armazenamento de 20,1 bilhão de litros abastecidos com água da chuva e em momento de estiagens mais prolongadas é capaz de armazenar água abastecida por caminhões pipa.

Avaliar a possibilidade de desenvolvimento de programas similares na região Norte torna-se uma necessidade.

Por fim, o Brasil sediará em Brasília o **8º Fórum Mundial da Água em março de 2018**, quando são esperados cerca de 30 mil representantes de mais de 100 países para discutir temas relacionados aos recursos hídricos.

Dentre suas atividades o Fórum reunirá autoridades oficiais em nível mundial com o objetivo de ampliar a inserção da temática água na agenda política mundial, sendo este, portanto, um importante espaço onde o Senado Federal poderá desenvolver um importante papel dentre as instituições governamentais brasileiras.

O mito da abundância das águas precisa ser superado e o tema da segurança hídrica, principalmente nas áreas que já são afetadas com grave escassez, tornou-se vital para as pessoas e para a economia num contexto de incertezas climáticas, o que requer atuação destacada dos órgãos de governo e do Parlamento Brasileiro.

O Senado Federal tem a tradição de se debruçar sobre os importantes temas que afetam a vida dos cidadãos brasileiros e seus impactos no âmbito federativo. O tema da segurança hídrica, portanto, além de atual



SF/17307.53440-42

8

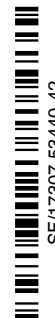
demanda atenção prioritária, notadamente nos estados que compõem as regiões Norte e Nordeste, dada as suas características sociais, econômicas e ambientais marcadas por secas prolongadas e/ou alagamentos intermitentes.

Estas são as razões pelas quais apresento o presente requerimento de Avaliação de Política Pública na CDR para tratar da crise hídrica no Norte e Nordeste brasileiro e solicito apoio dos nossos pares.

Sala da Comissão, de março de 2017.

Senadora FÁTIMA BEZERRA

Presidente Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)



SF/17307.53440-42

8



RDR
00045/2017

SENADO FEDERAL

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Avaliação de Políticas Públicas

(Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal - RISF)

Proposta de Plano de Trabalho

Avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste

Presidente e Relatora: Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

Vice-Presidente: Senadora **LÍDICE DA MATA**

1. APRESENTAÇÃO

Avaliar políticas públicas tem como objetivo principal aprimorar a gestão do Estado, por meio da mensuração de sua eficiência, eficácia e efetividade. O resultado da avaliação é fundamental para orientar as ações do Poder Público.

O art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal prevê que a Casa Legislativa realize a avaliação de políticas públicas. Por meio de tal avaliação, o Legislativo Federal buscará, dentre outras medidas, adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais.

O mencionado artigo do RISF determina que “as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas”. Com

base nesse dispositivo, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em 2017, realiza a avaliação das políticas públicas sobre segurança hídrica e gestão das águas nas regiões Norte e Nordeste, conforme o Requerimento da CDR nº 15, de 2017, aprovado em 29 de março do ano corrente.

Essa avaliação é fundamental, diante das crises hídricas enfrentadas sobretudo pela população do semiárido brasileiro, que abrange a maior parte do Sertão e do Agreste, em 1.133 municípios de nove estados do Brasil: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Nessa região, vivem 22 milhões de pessoas, fazendo do semiárido brasileiro o mais populoso do planeta. O problema da seca está historicamente presente em parte considerável da região Nordeste, onde o semiárido corresponde a 57% da área total da região e abriga, aproximadamente, 40% de sua população. De acordo com os registros dos eventos climáticos ocorridos na região nos últimos três séculos, por cerca de 85 anos as chuvas foram escassas, inexistentes ou mal distribuídas.

Avaliar o andamento das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco será um dos principais elementos da presente avaliação, sobretudo quanto ao modelo de gestão de águas e aos recursos orçamentários necessários para assegurar o abastecimento das populações a serem beneficiadas pelo projeto.

Quanto à região Norte, segundo a última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008, é a região com os piores índices de abastecimento de água no País. No recorte por domicílios, havia no Brasil cerca de 12 milhões de residências sem acesso à rede de água, situação mais crítica na Região Norte, com 54,7% dos domicílios nessa situação. Esses

números representam um grande paradoxo, considerando que nessa região se encontram cerca de 70% das reservas de água doce superficial existentes no País.

Assegurar água para o abastecimento humano é o fundamento do conceito de segurança hídrica que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é:

A capacidade de uma população de salvaguardar o acesso sustentável a quantidades adequadas de água de qualidade aceitável para garantir meios de sobrevivência, o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico, assegurando proteção contra poluição e desastres relacionados à água, bem como a preservação de ecossistemas em um clima de paz e estabilidade política.¹

A gestão das águas é o principal instrumento para se alcançar a segurança hídrica. Avaliar as políticas públicas de abastecimento de água para o Nordeste e o Norte do Brasil é tarefa que merece foco, dado o curto período disponível até dezembro de 2017, quando o relatório da presente avaliação deverá ser entregue à deliberação da CDR.

As atividades a seguir propostas objetivam levantar dados necessários para se fazer uma avaliação adequada dessas políticas.

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

A fim de estruturar a presente avaliação, propõem-se as seguintes atividades:

¹ <http://www.unwater.org/publications/water-security-infographic/> (acesso em 11/9/2017).

- obtenção de dados de órgãos e entidades dedicados aos temas objeto da avaliação, incluindo Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério das Cidades, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Ministério da Integração Nacional, Tribunal de Contas da União (TCU);
- análise da legislação correlata;
- realização de audiências públicas.

As atividades ora mencionadas deverão abordar os seguintes subtemas:

- Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) e abastecimento de água para o semiárido;
- Gestão de águas da bacia do rio São Francisco;
- Política de reservação de águas no Nordeste;
- Execução financeira e orçamentária de projetos e programas de abastecimento de água para o Nordeste e o Norte, com destaque para o PISF e suas obras complementares.

Sugere-se a realização de audiências públicas com representantes do poder público, da academia e da sociedade civil.

Finalmente, o Plano prevê a elaboração de um relatório da avaliação, a ser apreciado pela CDR até o final desta sessão legislativa.

3. CRONOGRAMA

Este Plano de Trabalho propõe a seguinte programação para a avaliação:

Data	Atividade	Local	Convidados
Outubro de 2017	Audiência pública regional: Desafios para o PISF – eixos norte e leste e obras complementares	Natal - RN	<ul style="list-style-type: none"> • Dom Antônio Carlos Cruz Santos (Diocese de Caicó/RN); • Dom Jaime Vieira Rocha (Arquidiocese de Natal/RN); • Dom Mariano Manzana (Diocese de Mossoró/RN); • Ivan Lopes Júnior (SEMARH/RN); • João Azevedo Lins Filho (Secretaria de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia/PB); • João Fernandes da Silva (AESAPB); • José Procópio de Lucena (CBH-PPA); • Josemá de Azevedo (ABES/RN); • Josivan Cardoso Moreno (IGARN); • Marcelo Cauás Asfora (APAC/PE); • Marcelo Saldanha Toscano (CAERN); • Padre Flávio Bezerra da Silva (Arquidiocese de Natal/RN); • Paulo Varella (ex-diretor da ANA); • Vicente Andreu Guillo (ANA); • Representante da ALERN; • Representante da UFPB; • Representante da UFPE;

			<ul style="list-style-type: none"> • Representante da UFRN.
Outubro de 2017	Audiência pública regional: Desafios para o eixo norte do PISF e obras complementares	Fortaleza - CE	<ul style="list-style-type: none"> • Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins (FUNCEME); • Francisco de Assis de Souza Filho (UFC); • Francisco José Coelho Teixeira (SRH/CE); • João Lúcio Farias (COGERH/CE); • José Nilson Bezerra Campos (UFC); • Yuri Castro de Oliveira (SOHIDRA/CE); • Representante da ANA; • Representante do Ministério da Integração Nacional.
Novembro de 2017	Audiência pública: segurança hídrica na região Norte; PISF e regiões doadoras; gestão das águas na bacia do Rio São Francisco.	Brasília - DF	<ul style="list-style-type: none"> • Alejandro Fonseca Duarte (UFAC); • Antônio Donato Nobre (INPE/INPA); • Carlos Afonso Nobre (INPE); • Irving Foster Brown (UFAC); • José Antônio Marengo Orsini (INPE); • Luiz Eduardo Oliveira e Cruz Aragão (INPE); • Luiz Gylvan Meira Filho (IEA/USP e Associação Instituto Tecnológico Vale); • Paulo Eduardo Artaxo Netto (USP); • Vera Lúcia Reis Brown (IMC/AC); • Anivaldo de Miranda Pinto (CBHSF); • José Geraldo dos Reis Santos (SEMA/BA);

			<ul style="list-style-type: none">• Márcia Cristina Telles de Araújo Lima (INEMA/BA);• Representante da UFBA;• Antônio Avelino Rocha de Neiva (Codevasf);• Antônio Rocha Magalhães (CGEE);• Dirceu Silveira Reis Júnior (UnB);• Helder Zahluth Barbalho (Ministério da Integração Nacional);• José Luiz de Souza (Ministério da Integração Nacional);• Oscar de Moraes Cordeiro Netto (UnB);• Roberval Tavares de Souza (ABES);• Sinval Zaidan Gama (Chesf);• Vicente Andreu Guillo (ANA);• Representante da Sociedade Civil.
Dezembro de 2017.	Apresentação e votação do relatório final.		